

ANUNCIO FONADO 223-2323

Módulo no Alphaville: prestações a partir de 49 mil.  ALPHAVILLE
Fone: 225.4266

Nomeados do Senado vão à Justiça por suas vagas

Mandado de segurança contra liminar será impetrado pelos servidores na próxima segunda-feira

Um mandado de segurança, pedindo a anulação da liminar concedida pelo juiz Jacy Garcia Vieira, da 2ª Vara Federal, sustentando as nomeações do "Trem da Alegria", será impetrado segunda-feira próxima junto ao Tribunal Federal de Recursos. O ato está sendo preparado pelo advogado Eri Varela, que até a tarde de ontem já havia recebido 300 procurações dos servidores da Gráfica do Senado, que se julgam prejudicados com a liminar. Varela não cobrará nada pelo trabalho que fará.

Para sustar a liminar, o advogado alega que a ação pública preparada pelos advogados Pedro Colim e Antônio Candela é improcedente, e que os servidores foram nomeados por atos aprovados pelo plenário do Senado, com votos de

69 senadores.

O advogado dos servidores afirma também que a alegação dos advogados que movem a ação popular é improcedente, pois a condição de presidente do Senado permite a Dalla este procedimento. Afirma Eri Varela que o próprio juiz da 2ª Vara, ao se inteirar dos termos do mandado de segurança que está sendo preparado, mudará de opinião sobre a liminar revendo sua posição sobre o assunto. Segundo Varela, os atos de nº 87 e 88 fazem parte dos projetos de resolução aprovados pelas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças do Senado Federal. Para o advogado, o TFR deverá aceitar o mandado de segurança e cassar a liminar, mesmo porque o documento da 2ª Vara pre- judica servidores que têm o

direito adquirido sobre seus empregos, uma vez que trabalham no Senado há mais de 10 anos.

Um assessor do senador Henrique Santillo explicou que deve estar havendo muita má fé na divulgação dos fatos relacionados com as nomeações. Segundo ele, uma comissão do Senado estudou durante meses as possíveis alterações que poderiam ser feitas no quadro administrativo, com vistas à classificação de servidores celetistas para estatutários. Os estudos indicaram que a medida mais certa seria classificar os servidores já contratados há anos no Senado, transformando-os em estatutários. E foi isso que foi feito em dezembro, com a aprovação da mesa do Senado.